



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 25 / XV / 1.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2022, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais.
2. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª](#) (GOV) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026.

Deputado relator: Gil Costa (PS)

3. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª](#) (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023.

Deputada relatora: Olga Silvestre (PSD)

4. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 176/XV/1.ª](#) (BE) - De pesar pela morte de Asra Panahi.

5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 267/XV/1.ª](#) (IL) - Recomenda ao Governo que defenda, no contexto da União Europeia, a instituição de sanções contra as autoridades responsáveis pela morte de Mahsa Amini e pela escalada de violência na República Islâmica do Irão.

6. Discussão e votação do parecer referente ao pedido apresentado pela ALPI – Associação Lusa Portugueses por Israel, para utilização do espaço físico do Parlamento em evento alusivo ao Dia Internacional contra o Fascismo e o Anti-Semitismo.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 25 / XV / 1.ª SL

7. Discussão e aprovação de Atas:

n.º 23, de 11 de outubro de 2022

8. Outros assuntos

_____ // _____

Iniciada a sessão, a Vice-Presidente da Comissão, Deputada Olga Silvestre (PSD), que dirigiu os trabalhos, começou por relembrar, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, que:

Tinham sido apresentados seis projetos de voto de pesar pela morte de Mahsa Amini e pela violência contra os manifestantes no Irão, nomeadamente pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, da IL, do BE, do PAN e do L. O gabinete de apoio da Comissão tinha procedido à elaboração de um projeto de voto conjunto, tendo este sido enviado por correio eletrónico aos Senhores Deputados Coordenadores para apreciação e validação, a fim do mesmo ser enviado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para ulterior apreciação e validação, tendo presente tratar-se de um projeto de voto conjunto entre as duas Comissões.

Colocado à votação, o projeto de voto conjunto foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD e do PCP.

De seguida, informou que a audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o Orçamento de Estado (OE) teria lugar no dia 31 de outubro, segunda-feira, pelas 16 horas, recordando que a proposta do Senhor Ministro tinha sido a de, a seguir à audição do OE2023 se proceder à audição por requerimento do PSD, sobre a rede consular.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Tiago Moreira de Sá (PSD), manifestando-se contra a sequência de audições proposta, pois prejudicaria o debate, pese embora compreendendo as dificuldades de agenda do Senhor Ministro.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 25 / XV / 1.ª SL

Paula Santos (PCP), referindo que durante a apreciação do OE os trabalhos parlamentares se encontravam suspensos, não sendo possível agendar a audição a requerimento do PSD.

Paulo Pisco (PS), referindo que, compreendendo as dificuldades de agenda do Senhor Ministro, a proposta de sequenciar as audições do OE e a requerimento do PSD seria uma forma de cumprir as obrigações regimentais. No entanto, havendo questões formais, informou que não se opunha ao agendamento da audição a requerimento do PSD para uma data após o final da apreciação do OE2023.

Neste seguimento, foi consensualizado entre os Deputados do PS, do PSD e do PCP, o agendamento da audição a requerimento do PSD para imediatamente após a apreciação do OE2023.

De seguida, informou da baixa do Projeto de Resolução n.º 278/XV/1ª (CH), questionando se era do entendimento dos Deputados presentes propor à mesa da AR que este fosse redistribuído à 2.ª Comissão como competente.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Paulo Pisco (PS) e Tiago Moreria de Sá (PSD) informando não terem tido oportunidade de ler a iniciativa em apreço e discordando da proposta de redistribuição desta.

Informou do pedido de audiência por parte do Conselho das Comunidades Portuguesas, sugerindo, para o efeito, o dia 15 de novembro, às 14h, em formato de Mesa e Coordenadores. Esta proposta foi consensualizada pelos Deputados do PS, do PSD e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do CH, do PCP e do BE.

Informou ainda da baixa à Comissão do Projeto de Resolução 276/XV/1.ª (IL), tendo a IL solicitado a sua discussão em Plenário.

Transitados para o **Ponto 2.**, o Deputado Gil Costa (PS) apresentou o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª (GOV). Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do CH, do PCP e do BE.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 25 / XV / 1.ª SL

No **Ponto 3.**, a Deputada Olga Silvestre (PSD) apresentou o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª (GOV). Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do CH, do PCP e do BE.

O **Ponto 4** foi adiado por ausência do proponente.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra ao Deputado Rodrigo Saraiva (IL) para apresentação do Projeto de Resolução n.º 267/XV/1.ª (IL), tendo referido que, após a admissão do projeto de resolução na Assembleia da República, no dia 11 de outubro de 2022, tinha havido um conjunto de acontecimentos que tornavam redundantes alguns pontos desta iniciativa. De seguida propôs que, em sede de Comissão, fosse laborado um texto mais atualizado, que viesse a representar uma posição da Assembleia da República e do Governo face aos acontecimentos na República Islâmica do Irão. Referiu que o ponto 1, ponto 2 e ponto 4 não mereciam qualquer alteração, mas que o ponto 3 da iniciativa em apreço se encontrava resolvido por via das medidas restritivas aplicadas pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros da União Europeia no passado dia 17 de outubro.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Deputado Paulo Pisco (PS), referindo que a atual situação vivida na República Islâmica do Irão é de repressão violenta por parte das autoridades daquele país, existindo relatos de centenas de mortes e feridos, com especial incidência nas mulheres, jovens e crianças e defensores dos direitos humanos - foco da rebelião. Reforçou que é consensual nos diversos Grupos Parlamentares o mais profundo repúdio à referida repressão. Referiu também que o solicitado na iniciativa em apreço é que Portugal tome uma posição junto da União Europeia, o que tem sido feito, nomeadamente pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, condenando os acontecimentos recentes na República Islâmica do Irão, tornando a iniciativa redundante, pese embora reconhecendo a sua elevada importância. Referiu ainda que no ponto 2 há questões formais que levantam dúvidas, dado que não é possível a Portugal agir da forma proposta junto das Nações Unidas. A terminar, referindo-se ao ponto 4, afirmou que não é possível solicitar à embaixada de Portugal num país estrangeiro para trabalhar com outras embaixadas no Irão, nos termos em que é proposto, dado que esse fato



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 25 / XV / 1.ª SL

comportaria ingerência nesse país. Concluiu reforçando a posição de sintonia e consenso no repúdio pelos acontecimentos recentes na República Islâmica do Irão, informando que o Grupo Parlamentar do PS não iria votar a favor deste Projeto de Resolução.

Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) reiterando as preocupações manifestadas pelo Deputado Paulo Pisco (PS), manifestando abertura para a revisão do texto da iniciativa em apreço.

Deputado Pedro Pessanha (CH) reiterando também as preocupações manifestadas pelos Deputados Paulo Pisco (PS) e Tiago Moreira de Sá (PSD).

Deputado Rodrigo Saraiva (IL) enfatizando a disponibilidade do Grupo Parlamentar da IL para a reformulação do texto da iniciativa, sugerindo o envio de propostas concretas de alteração por parte dos restantes Grupos Parlamentares. Esclareceu que o ponto 4 da iniciativa não cria qualquer ingerência num país estrangeiro e questionou se havia concordância na eliminação do ponto 3, como sugerido.

Deputado Paulo Pisco (PS) referindo que caberia ao Grupo Parlamentar proponente do Projeto de Resolução propor alterações ao mesmo. Reforçou que, referindo-se ao ponto 4, quando é referido que a embaixada de Portugal deve estar disponível para trabalhar com outras embaixadas da União Europeia de forma a proteger e receber ativistas iranianos que procurem proteção junto das mesmas ou de qualquer outro país, é gerador de tensões diplomáticas com a República Islâmica do Irão, com quem, aliás, Portugal mantém relações diplomáticas e comerciais de longa data. Enfatizou estarem mantidas as conversações entre o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da República Islâmica do Irão, não sendo avisado criar dificuldades acrescidas, nomeadamente, com a adoção da medida proposta.

Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) concordando com o referido pelo Deputado Paulo Pisco (PS), reforçando a manifestação de profundo repúdio pelos acontecimentos recentes na República Islâmica do Irão, nomeadamente os atos de forte repressão executados pelas autoridades iranianas.

Deputado Rodrigo Saraiva (IL) concluiu informando que o Grupo Parlamentar da IL iria adaptar o texto tendo em conta a presente discussão, enviando, ulteriormente, uma proposta de alteração da parte resolutiva da iniciativa em apreço.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 25 / XV / 1.ª SL

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra aos Deputados Paulo Pisco (PS) e Tiago Moreira de Sá (PSD) que concordaram com o parecer, realçando a oportunidade da iniciativa. Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD, do CH e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do BE.

No **Ponto 7.**, não se tendo registado quaisquer intervenções, a ata n.º 23 foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD, do CH e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do BE.

No **Ponto 8.**, não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu a reunião por encerrada pelas 16.40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2022.

A VICE-PRESIDENTE

(Olga Silvestre)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 25 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Francisco César (PS)
Gil Costa (PS)
João Azevedo (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Natália Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)
Paula Santos (PCP)
Ricardo Lino (PS)
Tiago Brandão Rodrigues (PS)
Carla Madureira (PSD)
Pedro Pessanha (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Eunice Pratas (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
Pedro Roque (PSD)
José Moura Soeiro (BE)
Sérgio Marques (PSD)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 29 de novembro de 2022